

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VICÊNCIA

CONCURSO PÚBLICO

PROVA PARA CARGO DE:

PROCURADOR MUNICIPAL

* ATENÇÃO - CONFIRA SE ESTA PROVA CORRESPONDE AO CARGO QUE VOCÊ CONCORRE

* Neste Caderno de Questões, você encontra:

- 28 questões ESPECÍFICAS
- 12 questões de Português

* Só inicie a prova após a autorização do Fiscal de Sala.

* Duração da prova: 3 horas. O Candidato só poderá retirar-se do recinto das provas após 01 hora, contada a partir do seu efetivo início.

* O candidato só terá o direito de levar o caderno de prova após 02:00 horas do início dos trabalhos, e deixará apenas o Cartão de Respostas.

* Caso o candidato opte em sair antes de 02:00 horas do início dos trabalhos; NÃO será permitido a anotação do gabarito seja qual for a forma.

* Os Fiscais de Sala não estão autorizados a prestar quaisquer esclarecimentos sobre a resolução das questões; esta tarefa é obrigação do candidato.

* Não é permitido que os candidatos se comuniquem entre si. É proibida também a utilização de quaisquer equipamentos eletrônicos.

* O candidato receberá do Fiscal de Sala, 01 (hum) Cartão de Respostas correspondente às questões objetivas.

* Assine o seu Cartão de Respostas (Gabarito). Assinale apenas uma opção em cada questão. Não deixe questão em branco, nem assinale mais de uma opção, para seu Cartão não ter questões anuladas.

* O seu Cartão de Respostas é pessoal e insubstituível. Portanto, CUIDADO, não rasure, dobre ou amasse seu Cartão de Respostas pois em hipótese alguma ele será substituído, salvo por erro do fiscal ou por falha de impressão. Confira seus dados, leia as instruções para seu preenchimento e assinale no local indicado.

* A assinatura no Cartão de Respostas é obrigatória.

* O Gabarito desta prova estará disponível no dia 03/08/2015, no site www.conpass.com.br.

* Para exercer o direito de recorrer contra qualquer questão, o candidato deve seguir as orientações constantes da Cláusula XI do Edital do Concurso Público nº 001/2015 da PREFEITURA MUNICIPAL DE VICÊNCIA, de 15/05/2015.

* Após o término da prova, o candidato deverá deixar a sala e em hipótese alguma poderá permanecer no estabelecimento onde realizou a mesma.

BOA PROVA!!

DATA: 02 DE AGOSTO DE 2015

CONPASS

Concursos Públicos
e Assessorias

PARTE I – PROCURADOR MUNICIPAL

Direito Constitucional

01 - Sobre a estrutura das Constituições é correto afirmar:

- A) As Constituições, de forma geral, dividem-se em duas partes: preâmbulo e disposições transitórias.
- B) O preâmbulo serve para definir as intenções do legislador constituinte, proclamando os princípios da nova constituição e rompendo com a ordem jurídica anterior.
- C) Segundo o Supremo Tribunal Federal, o preambulo serve de parâmetro para a declaração de inconstitucionalidade e estabelece limites para o Poder Constituinte Derivado, seja ele Reformador ou Decorrente.
- D) As disposições transitórias da Constituição visam a integrar a ordem jurídica antiga à nova, quando do advento de uma nova Constituição, garantindo a segurança jurídica e evitando o colapso entre um ordenamento jurídico e outro.
- E) A parte transitória não pode ser modificada por reforma constitucional.

02 - Sobre os princípios fundamentais da República Federal do Brasil, podemos afirmar:

- A) A soberania é um atributo essencial ao Estado, garantindo que sua vontade não se subordine a qualquer outro poder, seja no plano interno ou no plano internacional.
- B) No âmbito interno, as normas e decisões elaboradas pelo Estado não prevalecem sobre as emanadas de grupos sociais intermediários como família, escola e igreja, por exemplo.
- C) A dignidade da pessoa humana é simultaneamente um objeto e um direito fundamental das pessoas; ela representa um verdadeiro *status* do ser humano: o de ser cidadão e, com isso, ter assegurado o seu direito de participação na vida política do Estado.
- D) A cidadania consiste no valor-fonte do ordenamento jurídico, a base de todos os direitos fundamentais.
- E) O STF considerou ilegítima a união homoafetiva como entidade familiar, em razão do princípio da dignidade da pessoa humana.

03 - Sobre os direitos fundamentais podemos afirmar:

- A) Na CF/88, os direitos e garantias fundamentais estão disciplinados nos arts. 5º a 17 (“catálogo dos direitos fundamentais”). Todos os direitos e garantias fundamentais estão enumerados nesse catálogo próprio.
- B) Segundo o STF, o Pacto de San José da Costa Rica se situa hierarquicamente acima das leis, mas não proíbe que leis posteriores venham a tratar de sua matéria, contrariando os seus termos.
- C) Direitos sociais são direitos fundamentais de segunda dimensão ou geração, relacionados ao princípio da liberdade.
- D) Se inicialmente os direitos fundamentais surgem tendo como titulares as pessoas naturais, hoje já se reconhece direitos fundamentais em favor das pessoas jurídicas ou mesmo em favor do estado.
- E) As normas que consagram os direitos e garantias fundamentais não têm, em regra, aplicação imediata.

04 - Sobre o tema Direitos Políticos, podemos afirmar:

- A) A capacidade eleitoral passiva é aquela que assegura ao nacional o direito de votar nas eleições, plebiscitos e referendos.
- B) Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, os militares.
- C) Democracia representativa ou indireta é aquela em que o povo elege representantes que, em seu nome, governam o país.
- D) Todos os inelegíveis são inalistáveis, mas nem todos os inalistáveis são inelegíveis.
- E) É vedado aos estrangeiros, ainda que naturalizados brasileiros, o alistamento como eleitores.

05 - No processo legislativo brasileiro há matérias cuja iniciativa é de competência privativa do Presidente da República. Dentre essas se inclui a de dispor sobre

- A) A organização dos Tribunais Superiores.
- B) Matéria tributária.
- C) A exploração de gás canalizado.
- D) O sistema monetário.
- E) Os servidores públicos da União, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria.

Processo Civil

06 - Todo pedido que é feito no processo na exordial delimita a jurisdição a ser prestada. Qual princípio processual informa essa delimitação?

- A) duração razoável do processo.
- B) imparcialidade.
- C) adstrição ou congruência.
- D) celeridade ou economia processuais.
- E) eficiência.

07 - É característica do Direito de Ação, EXCETO:

- A) subjetivo
- B) heterogêneo
- C) público
- D) autônomo
- E) abstrato

08 - Sobre o tema forma dos atos processuais, pode-se afirmar:

- A) Os atos processuais realizam-se em dias úteis, das seis às vinte e duas horas, podendo ultrapassar esses horários, em casos excepcionais.
- B) Os atos das partes, consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade, produzem imediatamente a constituição, a modificação ou a extinção de direitos processuais.
- C) Os atos do juiz que lhe competem, exclusivamente são os despachos, todos os demais podendo ser praticados pelo escrivão e revistos posteriormente pelo juiz.
- D) É vedado ao juiz determinar prazos para a prática dos atos processuais, pois é sempre a lei que os determina.
- E) O prazo legal interrompe-se nos feriados, contando-se do início a partir do primeiro dia útil posterior a elas.

09 - Sobre os prazos processuais,

- A) Salvo estipulação em contrário, computar-se-ão os prazos, incluindo o dia do começo e o do vencimento.
- B) Quando a lei não marcar outro prazo, as intimações não obrigarão o comparecimento do intimado.
- C) É possível às partes, desde que consensualmente, reduzir ou prorrogar os prazos peremptórios.
- D) O prazo, estabelecido pela lei ou pelo juiz, é contínuo, mas é interrompido nos fins de semana.
- E) Não havendo preceito legal nem fixação pelo juiz, será de cinco dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.

10 - Sobre o recurso de Apelação, podemos afirmar sem erros:

- A) Cabe apelação contra a sentença proferida nos embargos de pequeno valor e contra a que decreta falência.
- B) Interposta a apelação, o juiz, declarando os efeitos em que a recebe, mandará dar vista ao apelado para responder. Ele, o juiz, poderá, após o oferecimento da resposta, reconsiderar a decisão anterior no prazo de 15 dias.
- C) O processamento da apelação deve ser feito pelo órgão *ad quem*, que cabe, de ofício, receber e processar a apelação.
- D) O juiz não receberá o recurso de apelação quando a sentença estiver em conformidade com súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.
- E) Indeferida a petição inicial, o juiz põe fim ao processo, por sentença, que não será impugnável por apelação.

Direito do Trabalho

11 - Não é característica do contrato de trabalho:

- A) de direito público
- B) sinalagmático,
- C) *intuitu personae*
- D) de trato permanente
- E) de atividade.

12 - Sobre os elementos do contrato de trabalho NÃO se pode afirmar o consta em:

- A) Preenchidos os requisitos do art. 3º da CLT, é legítimo o reconhecimento de relação de emprego entre policial militar e empresa privada, independentemente do eventual cabimento de penalidade disciplinar prevista no Estatuto do Policial Militar.
- B) É nulo o contrato de trabalho celebrado para o desempenho de atividade inerente à prática do jogo do bicho, ante a ilicitude de seu objeto.
- C) Os contratos de trabalho dependem de forma solene.
- D) É lícito ao menor firmar recibo pelo pagamento dos salários.
- E) O empregado, para ser agente capaz de assumir direitos e obrigações trabalhistas, deve atender os requisitos da CLT.

13 - Sobre os contratos por prazo determinado e por prazo indeterminado, NÃO se pode afirmar:

- A) O contrato de trabalho pode ser escrito, verbal ou tácito, e seus requisitos são a pessoalidade, a subordinação, a onerosidade e a continuidade.
- B) O contrato por prazo determinado, como exceção ao princípio da continuidade, só é válido nas situações e pelo tempo expressamente previstos em lei.
- C) Considera-se como de prazo determinado o contrato de trabalho cuja vigência dependa de termo prefixado ou da execução de serviços especificados ou ainda da realização de certo acontecimento suscetível de previsão aproximada.
- D) O contrato por prazo indeterminado só será válido em se tratando de serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo, de atividades empresariais de caráter transitório e de contrato de experiência.
- E) Para fins de contratação, o empregador não exigirá do candidato a emprego comprovação de experiência prévia por tempo superior a 6 (seis) meses no mesmo tipo de atividade.

14 - NÃO constitui justa causa para dispensa de empregado

- A) a condenação criminal, ainda que tenha havido suspensão da execução da pena.
- B) a incontinência de conduta.
- C) a violação de segredo da empresa.
- D) a desídia no desempenho das respectivas funções.
- E) o ato de indisciplina ou de insubordinação.

15 - Na rescisão do contrato de trabalho por falta grave cometida pelo empregado, as parcelas devidas são:

- A) saldo de salários, férias vencidas e aviso prévio.
- B) saldo de salários e férias vencidas.
- C) saldo de salários, férias vencidas e 13º salário.
- D) férias vencidas, aviso prévio, 13º salário e depósitos de FGTS.
- E) saldo de salários, férias vencidas, aviso prévio, 13º salário e depósitos de FGTS

16 - O adicional de insalubridade integrará a remuneração do empregado para o cálculo

- A) das férias, 13º salário, aviso prévio e FGTS, independentemente de ser pago com habitualidade.
- B) das férias, 13º salário, aviso prévio e DSR'S, independentemente de ser pago com habitualidade.
- C) apenas do 13º salário e do aviso prévio, desde que pagos com habitualidade.
- D) das férias, 13º salário, aviso prévio e DSR'S, desde que pagos com habitualidade.
- E) das férias, 13º salário, aviso prévio e FGTS, desde que pagos com habitualidade.

Direito Tributário

17 - Sobre a obrigação tributária, marque a única correta.

- A) Hipótese de incidência é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.
- B) A multa pode ser considerada espécie do gênero tributo, já que está abrangida, pelo Código Tributário Nacional, no conceito de “obrigação tributária principal”.
- C) A obrigação acessória nasce em razão da ocorrência de um fato gerador e independe de providência da autoridade fiscal para ser exigida.
- D) A obrigação tributária acessória é autônoma em relação à obrigação tributária principal. Mesmo que o contribuinte não esteja obrigado a cumprir a obrigação principal, a acessória subsiste.
- E) Quando a lei se refere à obrigação tributária principal, ela quer se referir aos procedimentos exigidos do contribuinte para assegurar a melhor fiscalização do pagamento.

18 - Sobre a obrigação tributária acessória, é incorreto afirmar-se que

- A) tal como a obrigação principal, supõe, para o seu surgimento, a ocorrência de fato gerador.
- B) tem por objeto prestações positivas previstas na legislação tributária.
- C) objetiva dar meios à fiscalização tributária para a investigação e o controle do recolhimento de tributos.
- D) sua inobservância converte-se em obrigação principal, relativamente a penalidade pecuniária.
- E) realizar matrícula no cadastro de contribuintes, emitir nota fiscal e apresentar declarações ao Fisco constituem, entre outros, alguns exemplos.

19 - Sobre a obrigação tributária principal e acessória e sobre o fato gerador do tributo, assinale a opção correta.

- A) A existência de uma obrigação tributária acessória pressupõe a existência de uma obrigação tributária principal.
- B) A instituição de obrigação acessória, com a finalidade de dar cumprimento à obrigação principal, deve atenção ao princípio da estrita legalidade.
- C) A obrigação acessória, quando não observada, converte-se em obrigação principal somente em relação à penalidade pecuniária.
- D) No Sistema Tributário Nacional, admite-se que a obrigação de fazer, em situações específicas, seja considerada obrigação tributária principal.
- E) Segundo o Código Tributário Nacional, a obrigação de pagar multas e juros tributários constitui-se como obrigação acessória.

20 - A respeito das limitações do poder de tributar, assinale a opção correta.

- A) O princípio da vedação do confisco é extensível às multas, apesar de estas terem natureza jurídica diversa dos tributos.
- B) Em razão do princípio da imunidade recíproca, é vedado à União, aos estados, ao DF e aos municípios instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços uns dos outros, inclusive quando houver contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário.

- C) O princípio da legalidade, não opera no âmbito do direito tributário.
- D) É vedada, em razão da aplicação do princípio da anterioridade, a cobrança de tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
- E) O princípio da isonomia não se inclui entre os princípios que limitam o poder de tributar.

Direito Administrativo

21 - Sobre a descentralização, analise as afirmações e marque a correta.

I - Descentralização política: ocorre sempre que pessoas jurídicas de direito público concorram com competências políticas, com competência para legislar;

II - Descentralização por colaboração: ocorre quando a Administração transfere a execução de determinado serviço público à pessoa jurídica de direito privado, previamente existente. Nesse caso o Poder Público conserva a titularidade do serviço, podendo dispor dele de acordo com o interesse público.

III - Descentralização territorial ou geográfica: ocorre com entidade local geograficamente delimitada, dotada de personalidade jurídica própria de direito público, com capacidade administrativa genérica para exercer a totalidade ou a maior parte dos encargos públicos de interesse da coletividade.

- A) Todas estão erradas
- B) Apenas I e II estão corretas
- C) Todas estão corretas
- D) Apenas II e III estão corretas
- E) Apenas a I está correta.

22 - Sobre as autarquias é correto afirmar:

- A) Sua criação deve ser feita por lei complementar, bem como a criação de suas subsidiárias ou a participação em empresas privadas. Tal lei é de iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo.
- B) Autarquia Territorial é aquela criada por lei possuindo capacidade administrativa específica, restrita ao serviço público determinado que lhe foi imputado.
- C) Autarquia Fundacional é autarquia criada sob regime especial, com a atribuição de exercer o poder normativo das concessões e permissões de serviços públicos.
- D) São pessoas jurídicas de direito público, cuja principal diferença perante os entes políticos União, os Estados-membros, Distrito Federal e Municípios é a falta de capacidade de fazer suas próprias leis (capacidade política), limitando-se à capacidade de autoadministrar-se, nos limites impostos pela lei.
- E) Agência Reguladora é uma qualidade ou atributo de pessoa jurídica de direito público (autarquia ou fundação pública) que celebre contrato de gestão, também conhecido como acordo-programa.

23 - Sobre o poder de polícia responda o correto:

- A) Os atos do poder de polícia podem ser delegados aos particulares.
- B) O poder de polícia tem como únicos atributos: coercibilidade e a autoexecutoriedade.
- C) O fundamento do poder de polícia está no princípio da legalidade.
- D) os atos que regulam o uso de fogos de artifício ou proíbem soltar balões, os que disciplinem o horário e condições de vendas de bebidas alcoólicas não podem ser caracterizadores do poder de polícia.
- E) É a atividade da Administração Pública que se expressa por meio de atos normativos ou concretos, com fundamento na supremacia geral e, na forma da lei, de condicionar a liberdade e a propriedade dos indivíduos mediante ações fiscalizadoras, preventivas e repressivas, impondo aos administrados comportamentos compatíveis com os interesses sociais sedimentados no sistema normativo.

24 - Sobre os bens públicos podemos afirmar que está completamente correto que se encontra em:

- A) bens de uso especial aqueles utilizados por particular mediante concessão ou permissão de uso.
- B) bens dominicais aqueles de domínio privado do Estado, não afetados a uma finalidade pública e passíveis de alienação.
- C) bens dominicais aqueles destinados à fruição de toda a coletividade e que não podem ser alienados ou afetados à atividade específica.
- D) bens de uso especial aqueles de domínio privado do Estado e que não podem ser gravados com qualquer espécie de afetação.
- E) bens de uso comum do povo aqueles afetados a determinado serviço público, tais como os edifícios onde se situam os órgãos públicos.

25 - São características dos bens públicos, EXCETO:

- A) São inalienáveis, não podem ser transferidos.
- B) São imprescritíveis, ou seja, não estão sujeitos a usucapião.
- C) São disponíveis, por ato discricionário.
- D) São impenhoráveis, ou seja, não estão sujeitos a penhora como garantias dos credores.
- E) NÃO são oneráveis, ou seja, não podem ser dados como garantia de financiamento.

26 - No processo judicial por atos de improbidade administrativa, o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à instrução processual, poderá ser determinado apenas por parte

- A) da autoridade judicial competente.
- B) do Ministério Público, quando *custus legis*.
- C) da autoridade administrativa competente.
- D) da autoridade judicial ou administrativa competente.
- E) do Poder Judiciário, do Ministério Público ou da autoridade administrativa competente.

27 - NÃO constitui ato de improbidade que importa enriquecimento ilícito:

- A) doar à pessoa física ou jurídica bem como ao ente despersonalizado, ainda que de fins educativos ou assistências, bens, rendas, verbas ou valores do patrimônio sem observância das formalidades legais e regulamentares aplicáveis à espécie.
- B) receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público.
- C) perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem móvel ou imóvel por preço superior ao valor de mercado.
- D) perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado.
- E) utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, bem como o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados por essas entidades.

28 - Do direito de superfície, como previsto no Estatuto das Cidades (Lei 10.250/01) podemos afirmar:

- A) A concessão do direito de superfície poderá ser onerosa, mas nunca gratuita.
- B) Simplesmente pela morte do superficiário, os seus direitos não se transmitem a seus herdeiros.
- C) Extingue-se o direito de superfície pelo cumprimento das obrigações contratuais assumidas pelo superficiário.
- D) A extinção do direito de superfície será averbada no cartório de registro de pessoas jurídicas.
- E) O direito de superfície abrange o direito de utilizar o solo, o subsolo ou o espaço aéreo relativo ao terreno, na forma estabelecida no contrato respectivo, atendida a legislação urbanística.

PARTE II - PORTUGUÊS

As questões 29 e 30 referem-se ao texto seguinte:

Boa Noite

Boa noite, Maria! Eu vou-me embora.
A lua nas janelas bate em cheio.
Boa-noite, Maria! É tarde... é tarde...
Não me apertes assim contra teu seio.

Boa-noite!... E tu dizes — Boa-noite.
Mas não mo digas assim por entre beijos...
Mas não mo digas descobrindo o peito,
— Mar de amor onde vagam meus desejos.

Julieta do céu! Ouve... a calhandra
Já rumoreja o canto da matina.
Tu dizes que eu menti?... pois foi mentira...
... Quem cantou foi teu hálito, divina!

Se a estrela-d'alva os derradeiros raios
Derrama nos jardins do Capuleto,
Eu direi, me esquecendo d'alvorada:
"É noite ainda em teu cabelo preto..."

É noite ainda! Brilha na cambraia
— Desmanchado o roupão, a espádua nua —
O globo de teu peito entre os arminhos
Como entre as névoas se balouça a lua...

É noite, pois! Durmamos, Julieta!
Rescende a alcova ao trescalar das flores,
Fechemos sobre nós estas cortinas...
— São as asas do arcanjo dos amores.

A frouxa luz da alabastrina lâmpada
Lambe voluptuosa os teus contornos...
Oh! Deixa-me aquecer teus pés divinos
Ao doudo afago de meus lábios mornos.

Mulher do meu amor! Quando aos meus beijos
Treme tua alma, como a lira ao vento,
Das teclas de teu seio que harmonias,
Que escalas de suspiros, bebo atento!

Ai! Canta a cavatina do delírio,
Ri, suspira, soluça, anseia e chora...
Marion! Marion!... É noite ainda.
Que importa os raios de uma nova aurora?!...

Como um negro e sombrio firmamento,
Sobre mim desenrola teu cabelo...
E deixa-me dormir balbuciando:

Boa-noite! — formosa Consuelo!...

(Castro Alves. *Espumas flutuantes*.

Rio de Janeiro: Edições de Ouro, s. d. p. 67-8.)

29 - Das afirmações seguintes:

I. Ao longo do poema, o eu lírico chama a mulher amada de diferentes nomes, provavelmente com o objetivo de universalizar a mulher e o amor.

II. A expressão “Boa noite” não sofre alteração de sentido da primeira para a última estrofe.

III. As expressões “...É noite ainda” e “Que importa os raios de uma nova aurora?!” confirmam o desejo romântico de perpetuar o instante de prazer.

- A) Estão corretos apenas os itens I e II.
- B) Estão corretos apenas os itens I e III.
- C) Estão corretos apenas os itens II e III.
- D) Todos estão corretos.
- E) Apenas o item I está correto.

30 - Das afirmações seguintes:

I. O verso “Ri, suspira, soluça, anseia e chora” (9ª estrofe) confirma as sensações ou sentimentos contraditórios verificados durante o estado de delírio.

II. A sensualidade da cena amorosa aumenta à partir da 5ª estrofe.

III. O tipo de percepção sensorial predominante na 6ª e 7ª estrofes são, respectivamente, tato e olfato.

- A) Estão corretos apenas os itens I e II.
- B) Estão corretos apenas os itens I e III.
- C) Estão corretos apenas os itens II e III.
- D) Todos estão corretos.
- E) Apenas o item I está correto.

As questões 31 e 32 refere-se ao anúncio seguinte:

(*Terra da Gente*, nº 47.)



Beba, banhe-se, lave seu carro, regue suas plantas e suas plantações. Mas lembre-se de usar com moderação e buscar meios de reutilizar sempre que possível. A natureza nos deu esse presente e, como forma de agradecimento, devemos dar a ela o direito de continuar sendo generosa. Não deixe que a água seja um recurso escasso.

Um recado da sua revista Terra da Gente e dos Conselhos Regionais de Biologia no Dia Mundial da Água, 22 de março.

31 - Das afirmações seguintes:

I. O anúncio lido promove a ideia da necessidade de usar a água com moderação, buscando meios de reutilização.

II. As formas verbais BEBA, BANHE-SE, LAVE, REGUE encontram-se no modo indicativo e têm a intenção de persuadir o leitor a participar da campanha.

III. O título do anúncio apresenta intertextualidade com a frase de um conhecido anúncio comercial.

- A) Estão corretos apenas os itens I e II.
- B) Estão corretos apenas os itens II e III.
- C) Todos estão corretos.
- D) Estão corretos apenas os itens I e III.
- E) Apenas o item I está correto.

32 - Das afirmações seguintes:

I. Considerando a parte visual, é possível afirmar que a metonímia é um recurso empregado no anúncio.

II. O texto disposto ao lado da imagem tem a função de tornar mais explícita a finalidade do anúncio, ampliando argumentos para convencer o interlocutor.

III. No anúncio, a variedade linguística empregada foi a não padrão.

- A) Apenas os itens I e III estão corretos.
- B) Apenas os itens II e III estão corretos.
- C) Apenas os itens I e II estão corretos.
- D) Todos estão corretos.
- E) Apenas o item II está correto.

A questão seguinte refere-se ao texto do quadrinho a seguir:



33 - Identifique, nas opções a seguir, o valor do presente do indicativo em “eu te dou esta caixa de bombom...”

- A) ação futura
- B) ação contemporânea ao momento da fala
- C) verdade atemporal
- D) presente histórico
- E) presente iterativo

34 - A locução conjuntiva presente no período “O meu caderno está muito bonito, ao passo que o seu está pra lá de feio” classifica-se como:

- A) subordinativa condicional
- B) subordinativa proporcional
- C) subordinativa concessiva
- D) subordinativa final
- E) subordinativa consecutiva

As questões 35 e 36 referem-se ao texto seguinte:

Odisseia em quadrinhos

Autor(a): Tereza Virgínia Ribeiro Barbosa

Ilustrador(a): Piero Bagnariol

Com cerca de 2.700 anos, a Odisseia continua sedutora, vigorosa e surpreendente. Nesta tradução para os quadrinhos, o texto grego, que está na origem da literatura, se apresenta ainda mais tenaz, oferecendo ideias, imagens, versos, personagens, mecanismos e estratégias inventivos que reúnem, em uma grande ciranda, o contexto grego de partida e os muitos outros a que a narrativa chegou.

Disponível em:

<www.editorapeiropolis.com.br/livro/?id=333&tit=Odisseia+em+quadrinhos>. Acesso em: 9 dez. 2013.

35 - Das afirmações seguintes:

I. Os vocábulos SEDUTORA, VIGOROSA, SURPREENDENTE e TENAZ classificam-se sintaticamente como predicativos do objeto.

II. “O texto grego” é o sujeito do verbo “apresentar-se”.

III. Em “Com cerca de 2.700 anos, a Odisseia continua sedutora, vigorosa e surpreendente” podemos classificar o predicado como sendo verbal.

- A) Apenas o item II está correto.
- B) Estão corretos apenas itens I e II.
- C) Estão corretos apenas itens II e III.
- D) Todos estão corretos.
- E) Todos estão incorretos.

36 - Das afirmações seguintes:

I. Quanto a sua predicação o verbo “CHEGAR” é intransitivo.

II. Em “Nesta tradução para os quadrinhos, o texto grego [...] se apresenta ainda mais tenaz” identificamos um exemplo de predicado verbo-nominal.

III. O verbo “OFERECER”, no contexto, classifica-se como “transitivo indireto”.

- A) Estão corretos apenas os itens I e III.
- B) Estão corretos apenas os itens II e III.
- C) Todos estão corretos.
- D) Estão corretos apenas os itens I e II.
- E) Todos estão incorretos.

A questão 37 refere-se a tira seguinte:



37 - A função sintática do termo destacado é:

- A) objeto indireto
- B) complemento nominal
- C) objeto direto
- D) aposto
- E) vocativo

38 - A regência nominal está correta em todas as alternativas, exceto em:

- A) É preciso ter atenção para com nossos pais.
- B) Tenhamos amor aos nossos semelhantes.
- C) Elas não têm certeza por coisa alguma.
- D) O diretor despachou favoravelmente a nós.
- E) O professor é afável com seus alunos.

39 - Identificamos uma oração subordinada adjetiva restritiva no seguinte item:

- A) O ator reclamava que seus papéis em novela não eram bons.
- B) Não acreditas em amor à primeira vista porque nunca amaste.
- C) Levei-a ao cinema para que visse "A máscara de zorro".
- D) O jovem que se esforça progride.
- E) Só desejo uma coisa: que essa situação acabe logo.

40 - Assinale a alternativa em que todos os vocábulos apresentam emprego incorreto de hífen.

- A) mini-saia | pós-graduação
- B) auto-aprendizagem | circum-escolar
- C) anti-higiênico | hidro-elétrico
- D) extra-regular | co-educação
- E) semi-interno | contra-regra